

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

PROTAGONISMO JUVENIL NO NOVO ENSINO MÉDIO (LEI 13.415/2017)

Adriana Maria Krindges¹

Suely Aparecida Martins²

Eixo temático: Políticas educacionais e políticas curriculares

Este texto tem como objetivo refletir sobre o conceito de protagonismo juvenil no contexto do Novo Ensino Médio (NEM), destacando a sua adequação a formação para o mercado de trabalho flexível, neste sentido, ao invés de promover o protagonismo, promove-se a adaptação das juventudes à sociedade. Para tanto, dialoga-se com os autores: Araújo (2019), Dayrell (2007), Freire (2004), Frigotto (2019), Kuenzer (2017), Sanfelice (2013), Saviani (2020), entre outros.

Iniciamos destacando a importância de compreender que a juventude não é apenas um estágio biológico ou psicológico, mas um fenômeno social e cultural multifacetado, influenciado por diversos fatores, incluindo classe social, gênero, etnia e contexto histórico. Este entendimento é essencial para moldar processos educativos que atendam verdadeiramente às necessidades e realidades dos jovens e promover uma formação que valorize o protagonismo juvenil, colaborando para a emancipação e participação ativa dos jovens na sociedade.

Ser aluno é uma condição juvenil e o Ensino Médio é uma fase decisiva da Educação Básica onde a materialidade das juventudes é evidenciada e a escola é espaço onde convivem múltiplas identidades juvenis. Por isso, devemos entender as juventudes como:

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – (UNIOESTE), de Francisco Beltrão. adriana.krindges@hotmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – (UNIOESTE), de Francisco Beltrão. martins_sue@hotmail.com

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

“contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos. As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares, etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade) e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição das diferentes modalidades de se vivenciar a juventude. Além das marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural em que se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente (Carrano; Dayrell, 2013, p. 15)”.

Portanto, é preciso compreender as juventudes que chegam ao Ensino Médio para que se possam definir processos de ensino e de aprendizagem e criar propostas pedagógicas que estejam mais condizentes com a realidade dessas juventudes (Dayrell, 2007).

O Ensino Médio, sendo a última etapa da educação básica conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9394/96), enfrenta desafios relacionados aos seus objetivos e características. Ao observar seu histórico, percebe-se uma dualidade nas concepções de ensino: de um lado, a preparação para o mercado de trabalho e, de outro, o ensino propedêutico, que visa preparar os jovens para o ingresso no Ensino Superior. Tal dualidade, entretanto, tem suas raízes na sociedade de classes. Conforme destaca Frigotto (2019, p. 3) ao se referir ao Ensino Médio, “a dualidade da educação escolar é inerente ao caráter de classe do sistema capitalista da produção da existência dentro do qual a desigualdade lhe é estrutural e imanente”.

O Ensino Médio é um palco de disputas, ou seja, por um lado há aqueles que defendem que esta etapa deve oferecer qualidade científica e atender a pluralidade e, por outro lado, os organismos internacionais e os grandes grupos empresariais que promovem um modelo alinhado ao mercado, priorizando a formação de habilidades e competências com um ensino flexível oferecido conforme os perfis de jovem que frequentam a escola.

Esta dualidade educacional histórica é reforçada no Novo Ensino Médio. Para Araujo (2019):



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

“A Reforma em curso, em nome da “educação integral”, promove a fragmentação e o fatiamento do Ensino Médio. Em nome da flexibilização curricular, tida como democrática, favorece processos de exclusão, uma vez que a maior diversificação/diferenciação escolar numa sociedade de profundas desigualdades como a brasileira pode agudizar os processos de exclusão dos jovens mais vulneráveis: pobres, negros, moradores de periferias, ribeirinhos etc., em virtude de que as suas experiências escolares tendem a ser mais instrumentais (Araujo, 2019, p. 72)”.

Neste contexto a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC) em 2018, enfatizam a precarização do ensino ao flexibilizar o currículo. Krawczyk e Ferretti (2017, p. 36) analisam que:

“O termo flexibilização é muito tentador porque remete, na fantasia das pessoas, à autonomia, livre escolha, espaço de criatividade e inovação. Mas flexibilização pode ser também desregulamentação, precarização, instabilidade da proteção contra a concentração da riqueza material e de conhecimento, permitindo a exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social”.

Com a centralidade na organização por itinerários formativos a BNCC é apresentada como uma estrutura que “valoriza o protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a formação técnica profissional” (Brasil, 2018, p. 467).

Para Saviani (2020) a Reforma do Ensino Médio:

“propõe à comunidade escolar ‘um salto no escuro’ ao sugerir a necessária substituição de disciplinas por ‘itinerários formativos’ ancorados em uma Base Nacional Comum ainda não concluída e em uma articulação com o mercado de trabalho, alicerçados na reedição da dualidade e fragmentação entre a educação que será oferecida aos jovens das elites (formação intelectual) e aos jovens trabalhadores e filhas e filhas de trabalhadores (formação manual), reeditando o modelo do



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

período ditatorial, marcado pelo viés eficientista e mercadológico (2020, p. 9, grifos do autor)”.

Assim, aos jovens é oferecida a falsa ideia de escolha democrática. Ao possibilitar a escolha do seu percurso educacional os jovens são levados a acreditar que são protagonistas e são conduzidos na individualização de suas vidas e futuros, o que revela as rigorosas ideologias neoliberais da meritocracia, do individualismo e da falsa liberdade baseada no livre mercado. Segundo Dayrell (2007):

“Neste caso, a sociedade joga sobre o jovem a responsabilidade de ser mestre de si mesmo. Mas, no contexto de uma sociedade desigual, além deles se verem privados da materialidade do trabalho, do acesso às condições materiais de viverem a sua condição juvenil, defrontam-se com a desigualdade no acesso aos recursos para a sua subjetivação. A escola, que poderia ser um dos espaços para esse acesso, não o faz. Ao contrário, gera a produção do fracasso escolar e pessoal (Dayrell, 2007, p.1122-1123)”.

Krawczyk e Ferretti (2017, p.40) também afirmam que o principal desafio do atual Ensino Médio é a ausência de uma formação unitária e politécnica que ofereça aos jovens uma “formação profissional consistente (seja ela qual for), mas que seja também formação capaz de lhes permitir entender ampla e criticamente tanto a sociedade em que vivem”. Nesta perspectiva, a escola não tem acolhido as diversas juventudes oferecendo um currículo que priorize a ciência, o conhecimento, o trabalho e a cultura geral.

Neste sentido, Dayrell et al. (2010, p. 245) questionam:

“Em que medida a instituição escolar fomenta experiências que estimulam o aprendizado e a experimentação em torno da participação social e política? A organização escolar em sua forma e conteúdo tem priorizado uma formação que permite aos jovens se posicionarem criticamente diante da realidade e vislumbrarem formas de ação coletiva em torno de suas demandas? Ela se preocupa em estimular a participação na gestão escolar e a organização autônoma dos estudantes? Tendo como foco a participação social e política, qual lugar a escola ocupa na vida dos jovens? (Dayrell et al., 2010, p.245)”.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

No discurso do protagonismo juvenil nos atuais documentos que regem o NEM, percebemos um propósito de formação para o trabalho com ênfase no empreendedorismo, buscando adequar o jovem as demandas do capital com competências e habilidades para se melhor se adaptar e não para exercer os seu protagonismo em um processo de mudanças e transformações do meio social. De acordo com Sanfelice (2013, p.70) “a educação institucionalizada das sociedades capitalistas se tornou um poderoso instrumento de formação das suas juventudes. Forma-se, molda-se o cidadão para o trabalho e para o consumo. Forma-se e molda-se o cidadão para a alienação no trabalho e para a passividade conformada nas estruturas da sociedade”.

Kuenzer (2017) também enfatiza que:

“o ensino médio na atual versão integra a pedagogia da acumulação flexível e tem como finalidade a formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis, por meio de uma base de educação geral complementada por itinerários formativos por área de conhecimento, incluindo a educação técnica e profissional; a formação profissional é disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, de modo a levar os que vivem do trabalho a exercer, e aceitar, de forma natural, as múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. Ser multitarefa, neste caso, implica exercer trabalhos disponibilizados pelo mercado, para os quais seja suficiente um rápido treinamento, a partir de algum aporte de educação geral, seja no nível básico, técnico ou superior (Kuenzer, 2017, p.341)”.

Por isso, é urgente repensar a formação oferecida aos jovens. Como reforça Sanfelice (2013, p. 86) “é preciso pensar enquanto cultura de resistência, a formação de uma contra-consciência”.

Conclui-se que o Ensino Médio é um período crítico na formação dos jovens, onde se confrontam as culturas juvenis e as expectativas educacionais. A recente reforma do Ensino Médio no Brasil, ao enfatizar a flexibilização curricular, tem sido criticada por potencialmente aprofundar desigualdades e comprometer a qualidade da educação. A necessidade de equilibrar a dualidade entre preparar os jovens para o mercado de trabalho e fornecer uma educação propedêutica é urgente para que todos os jovens tenham oportunidades justas e consistentes de desenvolvimento.

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Oferecer uma formação que realmente promova o protagonismo juvenil e colabore para emancipação e participação ativa dos jovens na sociedade é um grande desafio para o Ensino Médio. Portanto, é urgente superar o modelo educacional que privilegia conhecimentos técnicos e habilidades. Lembrando Freire (2004):

“A função da educação é auxiliar os homens na produção de sua própria realidade material e de sua consciência sobre ela. A formação para o trabalho, a qualificação para o mercado, embora seja uma função importante, não pode se constituir em única, nem mesmo em principal, função da educação: como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo (Freire, 2004, p.98)”.

Palavras-chave: Juventudes. Protagonismo Juvenil. Lei 13.415/2017.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. de L.. Ensino Médio Brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social . **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 4, p. 107–122, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13051>. Acesso em: 27 maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 3, de 21 de Novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. 2018.

CARRANO, P.; DAYRELL, J. (orgs). Brasil. MEC. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio**, etapa I - caderno II: O Jovem como sujeito do Ensino Médio / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

DAYRELL, J. **A escola faz juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28. 2007.

_____.; GOMES, N. L.; LEÃO, G.. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 26, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010.

FREIRE, P.. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

FRIGOTTO, G.. Apresentação. In: ARAUJO, R. M. de L.. **Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

KRAWCZYK, N.; FERRETTI, C. J.. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/757/pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.

KUENZER, A. Z.. Trabalho e escola: A flexibilização do Ensino médio no contexto do Regime de Acumulação Flexível. **Educ. Soc.** Campinas, v. 38, n°. 139, p. 331-354, abr.-jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SANFELICE, J. L. **Breves reflexões sobre “juventude”, educação e globalização**. In: Juventudes, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania. Otávio Luiz Machado (org.). - FrutalMG: Prospectiva, 2013.

SAVIANI, D.. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez., 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>. Acesso em: 10 jul. 2024.

